

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem ganha com os incentivos fiscais? - TENDENCIAS / DEBATES 3

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Flávio Bolsonaro recebeu em sua casa secretário da Receita 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Defesa de Queiroz diz que não pediu devassa na Receita 6

A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Novo cálculo do PIS e Confins e a redução de carga tributária (2) 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

The Economist prevê futuro sombrio com Bolsonaro 9

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SERVIDOR PÚBLICO

Salles impõe 'arrastão' de conciliação de multas 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sebrae entesoura receita enquanto pequenos negócios morrem na crise 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro não é única razão de o Brasil estar no buraco - THE ECONOMIST 16

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma tributária e a sobrecarga do SUS: estamos preparados? (2) 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação e PIB maior aliviam as contas públicas 19

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Macron recua e não levará adiante reforma da Previdência na França 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Gás de cozinha tem forte alta e complica orçamento de famílias 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Bolsonaro aposta em PIB, vacina e auxílio aos pobres (3) 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Economist critica Bolsonaro e diz que país vive "década sombria" 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas ressaltam papel do PIB para reduzir dívida 25

Quem ganha com os incentivos fiscais? - TENDENCIAS / DEBATES

TENDENCIAS / DEBATES

O Brasil atravessa um dos momentos mais dramáticos de sua história. A pandemia de Covid-19, que já tirou a vida de mais de 468 mil brasileiras e brasileiros, agravou e escancarou nossa histórica desigualdade social, produzindo um quadro desolador, em que mais da metade da população sofre de insegurança alimentar e mais de 14 milhões de pessoas estão desempregadas.

Some-se a isso a piora da situação fiscal, resultante do necessário enfrentamento à pandemia, que legará ao Estado brasileiro enormes dificuldades de investimentos sociais - e estes serão fundamentais para que o país possa se reerguer, garantindo condições mínimas de dignidade aos grupos mais vulneráveis.

Nesse contexto, é urgente e oportuna a discussão sobre os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal a empresas, instituições e pessoas físicas. No caso de isenção a uma empresa ou a um determinado setor, o governo abre mão de recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas que beneficiariam diretamente a população na expectativa de que tal medida possa incentivar o crescimento econômico e gerar empregos.

No Brasil, esses incentivos fiscais chegam a R\$ 300 bilhões todos os anos, quantia correspondente a cerca de 5% do nosso **PIB** ou 20% de tudo o que arrecadamos. Isso equivale a 11,5 vezes o valor do Bolsa Família ou praticamente o total gasto com o pagamento do auxílio emergencial para enfrentar a pandemia em 2020. É mais que o governo federal gasta com saúde e educação somados. Quase 75% desses incentivos não possuem prazo para expirar. E esse valor ainda é subestimado, pois não leva em conta incentivos de outras esferas federativas nem outros tipos de incentivos fiscais cuja mensuração pela **Receita Federal** é imprecisa.

Particularmente preocupante é que, muitas vezes, tais incentivos levam ao desfinanciamento de políticas sociais, como as do tripé de nossa **seguridade social**: saúde, Previdência e assistência social, que são penalizadas toda vez que o governo federal fornece redução do Pis/Cofins. Também alarmante é quando esses incentivos são dirigidos a atividades com

impactos negativos na saúde e no meio ambiente, como os R\$ 4 bilhões concedidos à indústria de refrigerantes, o R\$ 1,7 bilhão destinado aos agrotóxicos ou os R\$ 28 bilhões direcionados à produção de petróleo e gás anualmente.

Um volume de recursos dessa magnitude transferido pelo Estado ao setor privado, muitas vezes aplicados em atividades que são prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social do país, precisa ser monitorado e avaliado de forma criteriosa e participativa. Isso não acontece hoje. Não sabemos quem recebe esses incentivos e quais os valores recebidos por eles. Por isso, as organizações da sociedade civil abaixo assinadas se uniram para jogar luz sobre essa questão.

É com transparência que conseguiremos fazer um debate mais aprofundado do tema. Sem acesso a tais informações, governo e sociedade ficam no escuro para avaliar se os benefícios concedidos às empresas têm tido retornos positivos e transformado a realidade. Enquanto os dados sobre quem recebe e qual é o valor destinado ficarem em segredo, não é possível dizer se essa política promove o desenvolvimento ou reforça as desigualdades.

Há, no contexto atual, oportunidades de mudanças: 1 - no âmbito da **reforma tributária**, cujas discussões foram retomadas; 2 - na esteira da já aprovada PEC Emergencial, que determina a redução gradual de alguns incentivos; e 3 - por meio do projeto de lei complementar 162/2019, que propõe a transparência nos incentivos fiscais para pessoas jurídicas e está na última comissão da Câmara após já ter sido aprovado no Senado. Ao mirar a revisão de privilégios e a equidade econômica, esta pauta tem o potencial de unir esquerda e direita na construção de um Estado mais justo e eficiente.

Para que o país possa se reconstruir, com capacidade de investimento para promover o desenvolvimento sustentável e o enfrentamento às desigualdades, é fundamental e urgente que nossas atenções se voltem aos incentivos fiscais. Só poderemos avaliar criteriosamente onde o Estado deve aplicar seus recursos quando tivermos acesso completo a essas informações. E o primeiro passo para isso é exigir do governo federal a transparência na concessão desses incentivos.

[...] É com transparência que conseguiremos fazer um debate mais aprofundado do tema. Sem acesso a tais informações, governo e sociedade ficam no escuro para avaliar se os benefícios concedidos às empresas têm tido retornos positivos e transformado a realidade

Juliana Acosta Enfermeira e integrante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Laila Bellix Gestora de políticas públicas e estrategista na Purpose Brasil

Livi Gerbase Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Marcello Baird Cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

48

Flávio Bolsonaro recebeu em sua casa secretário da Receita

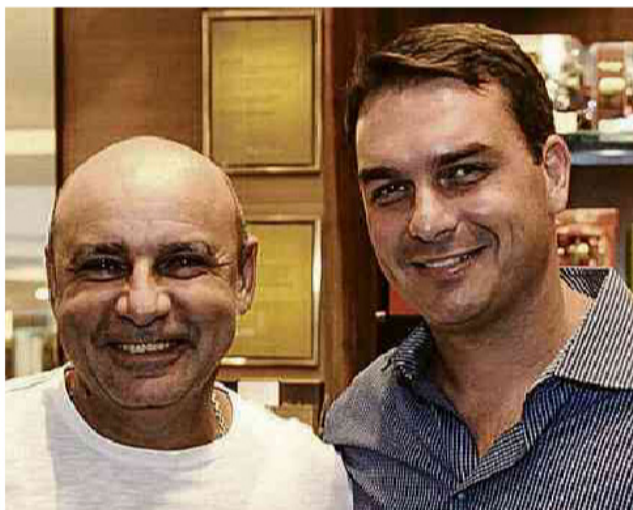
JULIA LINDNER E PAULO CAPPELLI

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Defesa de Queiroz diz que não pediu devassa na Receita



Fabrício Queiroz ao lado de Flávio Bolsonaro Reprodução

Ítalo Nogueira - rio de janeiro

A defesa de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), afirmou que não solicitou a devassa em sistemas da **Receita Federal** para identificar a origem dos acessos a dados fiscais do policial militar aposentado.

O CPF de Queiroz foi incluído entre os nove alvos de apuração especial solicitada pela Receita ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão responsável pela guarda das informações dos sistemas da Receita.

O Fisco se negou a informar, até o momento, de quem partiu a ordem para a apuração especial do entorno familiar do presidente, bem como a justificativa legal para isso.

Como a Folha mostrou nesta quarta-feira (2), a Receita fez uma devassa para tentar identificar investigações em dados fiscais do presidente Jair Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira-dama, Michelle.

O levantamento foi mais amplo do que apontado meses atrás como um movimento da defesa de Flávio contra a investigação da "rachadinha" tocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Atingiu, na verdade, todo o entorno familiar do presidente, incluindo suas duas ex-mulheres com

quem dividiu seu patrimônio e que não são alvo da investigação contra o senador. O rastreamento abrangeu 22 sistemas de dados da Receita no período de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

O advogado Paulo Emílio Catta Preta, que defende Queiroz, negou à Folha ter solicitado informações sobre a origem dos acessos aos dados fiscais de seu cliente. "Não fiz esse pedido", disse Catta Preta.

Queiroz se tornou o pivô da investigação contra Flávio após o Coaf identificar movimentações consideradas atípicas em sua conta bancária. Uma das transações descritas é o repasse de R\$ 40 mil para Michelle Bolsonaro.

A pesquisa custou R\$ 490,5 mil à Receita, pagos ao Serpro. O valor foi obtido pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação. Procurada, a Receita afirmou que não iria se manifestar sobre as pesquisas.

De acordo com documento do Serpro, a devassa nos nove CPFs foi pedida pela Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec) da Receita. Ela solicitou uma apuração especial, meio pelo qual se obtém todo e qualquer "log", como são chamados os arquivos sobre as consultas aos sistemas do Fisco.

Os "logs" indicam a data e o nome do auditor responsável pela consulta aos dados fiscais dos contribuintes. Caso não haja justificativa para a atuação, o servidor pode ser punido pelo acesso imotivado.

O resultado da apuração especial, porém, também permite identificar investigações legais ainda em sigilo contra o dono do CPF analisado.

Segundo o documento, a demanda da Cotec foi feita no dia 28 de agosto de 2020, três dias após as advogadas Juliana Bierrenbach e Luciana Pires, que defendem Flávio, terem relatado suas suspeitas ao presidente e ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência), e dois dias depois delas terem se encontrado com o secretário da Receita, José Barros Tostes Neto.

O ofício afirma que o resultado do pedido "foi separado em dois lotes". O papel não informa as conclusões das apurações. Afirma apenas que foram entregues à

Receita.

A mobilização da estrutura do governo em favor de Flávio foi revelada em outubro pela revista Época. Na ocasião, soube-se que as advogadas do senador recorreram à Receita e ao Serpro para tentar descobrir em que momentos os dados fiscais do senador e de sua mulher foram acessados.

O motivo manifestado pela defesa era o de que o relatório do Coaf (órgão federal de inteligência financeira) que originou a investigação das "rachadinhas" continha informações com detalhes cuja origem não eram os bancos, com os quais o órgão troca informações. Os dados viriam, na verdade, da Receita.

A suspeita era que ele tenha sido vítima de prática semelhante à revelada por mensagens obtidas pelo Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site, na qual dados fiscais sigilosos eram obtidos informalmente por procuradores da Operação Lava Jato - quando investigadores acessaram dados fiscais sem justificativa legal em busca de possíveis irregularidades.

As petições apresentadas pelas advogadas solicitavam apenas informações sobre acessos aos dados de Flávio e sua mulher, Fe manda.

Em nota, a defesa de Flávio disse que a solicitação foi negada formalmente" pela Receita. "Diante da revelação do fato de que a pesquisa requerida foi realizada e somente após seu resultado foi indeferido o pedido a seu acesso, a defesa pedirá, na Justiça, acesso aos dados obtidos, que podem provar o uso indevido da máquina pública para tentar incriminar o senador Flávio Bolsonaro", afirmou.

Ofício do Serpro obtido pela Folha mostra que o pedido de levantamento feito pela Receita foi muito maior do que o apontado como necessário pelas advogadas e incluiu pessoas que não eram mencionadas no caso do senador.

Todas elas fazem parte do entorno familiar de Jair Bolsonaro: o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), a primeira-dama Michelle Bolsonaro, as ex-mulheres Ana Cristina Siqueira Valle e Rogéria Bolsonaro, além de Queiroz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

48

Novo cálculo do PIS e Cofins e a redução de carga tributária (2)

Matheus Moraes

No mundo empresarial já é uma realidade a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Após o julgamento realizado em 13 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou a questão, fixando o entendimento de que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) destacado nas notas fiscais de saída não compõe a base de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) e impondo um importante revés para a União.

A derrota da União só não foi maior porque o STF concedeu ao Fisco o benefício da modulação dos efeitos, em um entendimento altamente questionado pela comunidade jurídica. Para entender a modulação dos efeitos em termos simples: somente vai conseguir obter a plena extensão do julgamento quem já tem processos transitados em julgado e os que ajuizaram ações ou protocolaram pedidos administrativos discutindo o tema antes de 15 de março de 2017. Já para os demais foi autorizada a repetição do que foi pago indevidamente desde 15 de março 2017 e a redução do PIS e Cofins a partir de 13 de maio de 2021.

Após o julgamento, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) editou o Parecer SEI 7698/2021, por meio do qual desobrigou os seus procuradores de resistir e recorrer nos processos judiciais e pedidos administrativos relativos ao tema e que sejam anteriores a 15 de março de 2017 (inclusive). Garantiu, assim, que a União não vai impedir os contribuintes de aplicar imediatamente o que decidiu o STF. Tal parecer foi aprovado pelo titular da PGFN, em 24 de maio de 2021.

No momento, a União apressa-se para editar novas normas, ampliando a carga tributária das empresas, para compensar a perda de arrecadação decorrente deste julgamento realizado pelo STF. Os contribuintes, por sua vez, recorrem às suas assessorias jurídicas a fim de descobrir eventual benefício adicional que possam obter através das chamadas "teses filhote", decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, agora chamada de "tese mãe".

Assim, os escritórios especializados em direito

tributário estão ajuizando demandas judiciais para, por exemplo, excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins e excluir o próprio PIS e Cofins da base de cálculo do PIS e da Cofins, demonstração clara do quão é complicada a **legislação tributária** brasileira. A repercussão do julgamento do STF é tanta que já existe decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo excluindo o PIS e a Cofins da base de cálculo do ISS (Imposto sobre Serviços).

A pressa dos contribuintes é justificada, já que nenhum empresário deseja que o STF, numa outra modulação dos efeitos, limite o direito da restituição daquilo que foi pago indevidamente.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7D4A75457B7FCD9242A34B828116C0C04E7FF1C754561599EF47514B9B5CC487220489D7FA51AA701CAD3B63093A4701811CE9FD0988F6B09FFBE9ACA7F40AD6DFB4E3495B890843E3BFCC1C9F37E8578A315D36C9E422357549D8F9DF25E91A97A9607E537D2AD365771CE6E8C665FA8C6B05E4264292062E53F0

The Economist prevê futuro sombrio com Bolsonaro



A revista britânica The Economist, uma das mais conceituadas publicações do mundo, traz nesta semana uma edição especial sobre o Brasil com uma série de críticas ao governo Jair Bolsonaro. Como em outras vezes que se referiu ao país, a revista traz na capa uma nova ilustração do Cristo Redentor, desta vez respirando com uma máscara de oxigênio. No especial, que é capa da revista sob o título "A década sombria do Brasil", a revista descreve o presidente brasileiro como um homem que quer "destruir as instituições, não reformá-las", "esmagou todas as tentativas" de uma exploração sustentável da Amazônia e revelou serem "falsos" todos os votos favoráveis à renovação política.

Ao citar o apoio dos militares a seu governo, a revista diz que os generais que se aliaram a ele "esperavam fazer avançar a agenda do Exército" mas, "em vez disso, prejudicaram suas reputações" e afirma que "sob Eduardo Pazuello, o Ministério da Saúde parecia uma "boca de fumo" (escrito em português e traduzido para hidroxiquina).

O especial termina com uma reportagem intitulada "Hora de ir", que afirma que o futuro do país depende do resultado de 2022. O texto destaca o apoio dos militares ao atual presidente, mas salienta o ônus dos generais por apoiar o presidente e os riscos de Bolsonaro, e seus apoiadores cada vez mais armados, não aceitarem um resultado adverso nas urnas. Em

março de 2016, a revista deu a foto da então presidente Dilma Rousseff na capa, também com o mesmo título, "Hora de ir".

Centro desorientado

A reportagem aborda a dificuldade dos partidos de centro em encontrar um nome em comum para a disputa do pleito e, ao citar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas eleitorais, afirma que o petista "precisa mostrar como o manejo da pandemia custou vidas e formas de sustento, e como Bolsonaro governou para sua família e não para o Brasil". Para a The Economist, "o ex-presidente deve oferecer soluções, não "saudades" (escrita em português e traduzida como nostalgia)" dos anos em que governou o país.

Para a revista, "para voltar aos trilhos, o Brasil deve lidar com velhos problemas", citando favorecimentos fiscais para a indústria e para funcionários públicos e leis tributárias e trabalhistas que distorcem ou desencorajam o investimento.

A reportagem foi a locais como Camaçari (BA) para mostrar o "sonho adiado" das pessoas que ascenderam à classe C ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, mas que, depois de uma série de problemas listados pela publicação (em especial as medidas econômicas adotadas no governo Dilma), passaram a viver em um contexto de desemprego e queda de renda. O retrato é Vinícius Rabelo, um neto de plantadores de mandioca que trabalhou na fábrica (recém-fechada) da Ford na cidade e que, hoje, vive como motorista de Uber.

A revista cita uma série de problemas que levaram a esse quadro, passando por uma falha do PT em não investir em uma infraestrutura que promettesse ganhos de longo prazo, a política econômica de Dilma, um controle de gastos nunca realizado pelo país e, por fim, a crise do coronavírus e a baixa taxa de vacinação. Porém, a publicação aponta "vislumbres de esperança" com a agricultura em alta, as commodities voltando a terem preços em alta e, no caso de Camaçari, a transformação da cidade em um hub logístico entre Salvador e o oeste da Bahia.

Menos otimista é a reportagem "Andando para trás", que aborda o fim da Operação Lava-Jato sob o

governo Bolsonaro e a aliança malsucedida entre o presidente e o juiz Sergio Moro, "que estava orientando promotores inapropriadamente" durante as investigações. O texto descreve os retrocessos no país para o controle da corrupção, mesmo após toda a investigação feita a partir das delações de executivos da Odebrecht, e ainda cita os esforços do presidente, tensionando as instituições, para proteger os filhos de investigações criminais.

A matéria diz que o caso do "tratoração", em que o Ministério do Desenvolvimento destinou até R\$ 3 bilhões para compras suspeitas de superfaturamento para parlamentares, "minou as alegações de Bolsonaro de que não houve nenhum escândalo desde que ele assumiu o governo".

Salles impõe 'arrastão' de conciliação de multas



André Borges / BRASÍLIA

Depois de alterar completamente o processo de autuação e impor aos **servidores públicos** ambientais uma série de sanções administrativas, o ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, decidiu fazer um "arrastão" de audiências com alvos de multas aplicadas, estipulando prazos que, na prática, são impossíveis de serem executados.

Pressionados, diversos funcionários do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) já solicitaram até a dispensa desses cargos, sob risco de serem alvo de processos disciplinares internos.

O Estadão teve acesso a um despacho feito no dia 12 pelo superintendente de Apuração de Infrações Ambientais do Ibama, Wagner Tadeu Matiota, a todas as regionais no País. Uma semana depois, Matiota, que é coronel da PM de São Paulo, foi um dos diretores afastados da função, no âmbito da Operação Akunduba, da Polícia Federal.

Sob determinação de Ricardo Salles, a superintendência apresentou uma agenda com nada menos que 2.838 multas ambientais para passarem por processos de conciliação, etapa em que os agentes tentam chegar a um acordo com o autor da infração.

A questão é prazo e pessoal treinado para isso. Conforme o cronograma, todas as audiências, sejam virtuais ou presenciais, devem ocorrer entre os dias 11 de junho e 20 de agosto.

Em alguns Estados, haveria apenas uma semana para executar todo o trabalho.

A reportagem levantou o número de servidores que atuam na função. No ICMBio, há apenas sete funcionários para fazer a análise preliminar e 29 para atuarem como conciliadores. Isso significa que, em muitos Estados, há uma pessoa para analisar dezenas de casos em um dia.

No Ibama, o MMA alocou 32 pessoas para análise preliminar e 95 para as "Equipes de Condução de Audiências de Conciliação".

Estados como Amazonas, Mato Grosso Sul, Paraná, Roraima e Rio estão entre aqueles que têm apenas duas pessoas para conciliações.

Após serem notificados da determinação, chefes regionais de alguns Estados - TO, GO, AP e MS - já alertaram sobre todas as limitações para realizar o trabalho.

A conciliação não é um processo simples ou automático.

Passa por avaliação prévia de cada caso, leitura de documentação, apresentação de provas, discussão e novas avaliações.

Tudo fica ainda mais difícil com as mudanças impostas no processo, a partir da Instrução Normativa Conjunta (INC) 01/2021, de 12 de abril.

"Com a estrutura atual do Nucam (Núcleo de Conciliação Ambiental) e com o quantitativo de audiências proposto, é humanamente impossível que os trabalhos sejam realizados por um único servidor, principalmente se o conciliador for submetido ao rito da INC 01/2021, que prevê a realização da análise preliminar, da audiência, e dos trâmites administrativos anteriores e posteriores à audiência", declarou Juliana Guedes da Costa Bezerra, chefe substituta da Divisão de Conciliação Ambiental, em um despacho emitido em 14 de maio.

Após forte reação de servidores de todo o País, o MMA publicou uma nova versão da instrução normativa, mas manteve diversos pontos de conflito e que travam o trabalho de conciliação e autuação. "Essas instruções são um tremendo retrocesso e só vêm piorar a situação de atraso e aumento de

prescrição de processos de multas, no Ibama e no ICMBio", diz Roberta Graf, diretora da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional).

Roberta diz que a situação imposta "materializa grave e reiterado assédio moral e institucional", ao mencionar "responsabilidade administrativa" e "desídia", ameaçando de demissão o servidor que não cumprir cronogramas.

"Esses prazos são totalmente inexecutáveis, já que são milhares de processos para pouquíssimos servidores." A avaliação geral é de que o cronograma vai gerar retrabalho, com reagendamentos contínuos, desgastes perante os autuados e insegurança jurídica. Se uma multa não passar por processo de conciliação por qualquer motivo, deve ter audiência reagendada.

Se todo o processo não for finalizado em até cinco anos, a multa prescreve.

"Os atrasos e a prescrição de multas seguramente vão aumentar.

A conciliação devia ser um direito a ser requisitado pelo autuado, como vinha sendo, até porque a maioria das audiências resta deserta. Não faz sentido você perder muitas horas de trabalho para estudar o processo e preparar as análises documentais necessárias", diz Roberta Graf. O Estadão tentou por vários dias, sem sucesso, obter uma resposta do Ibama ou do MMA sobre o assunto.

Seleção tem processos fechados e ações conciliadas

O MMA e o Ibama não explicaram o critério para selecionar os 2.838 casos. O que já se sabe é que incluem diversos que já transitaram e foram encerrados administrativamente, como identificado pelas superintendências regionais de Tocantins, Goiás, Amapá e Mato Grosso do Sul.

No Distrito Federal, a conciliadora Ranciane Fontenele, relatou, em ofício, que a mudança no processo extinguiu as "Equipes de Análise Preliminar", trazendo para conciliadores a atribuição de realizar as análises dos autos de infração, bem como conduzir as audiências. "No entanto, esta servidora não teve treinamento para fazer conformidade de processos ou ainda para realizar duas ou três audiências em uma hora", afirmou. Dificulta ainda mais o trabalho o fato de que muitos autuados sequer são encontrados para serem notificados. E o passivo total do Ibama, hoje, é de aproximadamente 90 mil processos para instrução e julgamento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sebrae entesoura receita enquanto pequenos negócios morrem na crise

José Marques e Paula Soprana são paulo

As aplicações financeiras do Sebrae, órgão do Sistema S que dá suporte a micro e pequenas empresas, alcançaram o marco de R\$ 5 bilhões em meio a dificuldades de pequenos negócios para se sustentar durante a pandemia da Covid-19.

Mesmo com a crise desencadeada pela doença, entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2021, os valores das aplicações do Sebrae nacional e de suas unidades nos estados cresceram R\$ 539 milhões, de acordo com dados que constam nos balancetes analíticos do órgão.

Esse dinheiro vem do que sobra da arrecadação compulsória da entidade. Eventualmente, pode ser gasto com pagamento de despesas correntes, como salários, mas sem ultrapassar os limites orçamentários.

Metade dos R\$ 5 bilhões é referente ao nacional, seguido pela unidade de São Paulo, com R\$ 1,1 bilhão. Além dessas aplicações, em fevereiro a entidade tinha mais R\$ 647 milhões em imóveis.

O Sebrae é isento de imposto de rendas e de contribuição social sobre lucro líquido, por ser considerada uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A instituição é mantida com contribuições sobre a folha de pagamento de funcionários das empresas com alíquotas que variam de 0,3% a 0,6%.

O dinheiro do Sebrae é arrecadado aos cofres do governo federal, que repassa os valores à entidade. Os recursos destinados ao Sebrae que acabam virando aplicações têm incomodado pessoas que estiveram em cargos de chefia na entidade.

Em reservado, dizem que o órgão pratica "entesouramento" de contribuições compulsórias e lembram que já houve questionamentos a respeito disso no TCU (Tribunal de Contas da União).

A entidade chegou aos R\$ 5 bilhões em aplicações meses depois de o ministro Paulo Guedes (Economia) ter anunciado um pacote de medidas econômicas que incluía um corte nas alíquotas pagas pelas empresas ao Sistema S.

De acordo com o Sebrae, toda essa verba é destinada ao plano plurianual da entidade e para o Famp (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas).

O plano do chefe da Economia era reduzir em 40% as alíquotas que as empresas pagam sobre cada salário acima de um salário mínimo, a chamada "facada no Sistema S". Para quem ganha até esse patamar, a contribuição seria suspensa.

No ano passado, devido à pandemia, chegou a haver por dois meses uma redução das contribuições empresariais ao Sistema S, entre abril e junho. Ainda assim, o crescimento de aplicações do Sebrae não frearam.

Para o economista Bernard Appy, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), qualquer política pública precisa levar em conta custo e benefício, mesmo que os recursos públicos sejam usados para financiar outras entidades.

"No fundo, é dinheiro público. Se é ruim ou não, depende dessa avaliação de custo e benefício para a sociedade. Essa discussão certamente precisa incluir o Sistema S, é alocação de recursos públicos", diz Appy, um dos autores da proposta de **reforma tributária** da Câmara.

Ao mesmo tempo que o caixa da entidade está positivo, microempreendedores relatam dificuldades em obtenção de crédito em bancos públicos.

"Com essa pandemia, houve uma oferta de crédito aos microempreendedores. Até me preveni, abri uma conta jurídica no Banco do Nordeste. Aí dizem: "Ah, você tem que preencher um cadastro na Caixa Econômica". Eu lhe confesso, eu preenchi umas 20 vezes", disse Gean Souza Sampaio, que faz tiaras e revende roupas infantis com a mulher e a filha.

Morador de Feira de Santana (BA), afirma ter suas contas em dia e diz que fez os cursos oferecidos pelo Sebrae para conseguir crédito, mas sua situação não foi resolvida.

Em São Paulo, o indicador de abril para a atividade da micro e pequena indústria do Simpi, sindicato do setor, mostra que 72% das empresas que realizaram uma consulta para obter empréstimo ou financiamento não

conseguiram o dinheiro. Das mais de 300 empresas de pequeno porte consultadas, 40% estavam inadimplentes.

"Qual o papel do Sebrae? Apoio à micro e pequena empresa. É preciso pegar esse dinheiro e direcionar. Se você considerar todas as exigências para asar o fundo garantidor do Sebrae para acessar crédito com os bancos, vê que é para quase ninguém asar mesmo", diz Joseph Couri, presidente do Simpi.

"O dinheiro não está chegando à ponta."

Couri refere-se ao Fampe, o fundo às micro e pequenas empresas que coloca o Sebrae como avalista complementar de financiamentos. A entidade não empresta dinheiro, mas atua como gerenciadora junto aos bancos.

Segundo o Sebrae, 58% dos clientes que tiveram acesso ao Fampe foram assistidos pela entidade após receberem o crédito, em 2020.

"De janeiro de 2020 a 30 de abril deste ano, já foram liberados mais de R\$ 5 bilhões pelas instituições financeiras para o empresário de pequeno negócio. Desse valor, R\$ 4 bilhões foram garantidos pelo Fampe", afirmou a entidade em nota.

Uma pesquisa do órgão mostra que o volume de crédito de bancos concedido a pequenos negócios foi de R\$ 85 bilhões no segundo trimestre de 2020, período crítico da pandemia, uma alta de 35% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O levantamento diz que o valor não foi acompanhado pelo crescimento do número de pequenos negócios tomadores de crédito, ou seja, os bancos emprestaram mais, mas não necessariamente a novos comerciantes.

De acordo com declaração de Carlos Melles, presidente do Sebrae, foram favorecidas as empresas que já tinham um relacionamento bancário anterior à crise.

As empresas de pequeno porte ficaram com 83% das novas concessões, ante 12% das microempresas e 5% dos MEI (microempreendedores individuais).

No setor de restaurantes, um dos mais afetados pela crise de Covid-19, muitas empresas contaram com auxílio de crédito via Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), embora estejam endividadas com bancos e sem perspectiva de pagar as contas. A imprevisibilidade para sair do vermelho é grande diante do recrudescimento de Covid e da lenta

vacinação.

As mais necessitadas, no entanto, ficaram de fora.

"O Pronampe ajudou milhares de empresas, mas os filtros dos empréstimos deixaram de lado quem dava menos segurança. Muitas empresas foram recusadas pois não tinham fiadores, lastro ou estavam endividadas", afirma Percival Marieato, presidente da Abrasel São Paulo.

A reportagem também ouviu queixas de microempreendedores de São Paulo que seguiram orientações do Sebrae, mas reclamam de excesso de exigências e de falta de transparência para obter crédito. Eles não querem se identificar porque ainda tentam obter esses recursos.

Em nota, o Sebrae destaca que os R\$ 5 bilhões são de disponibilidades financeiras, R\$ 3 bilhões para o PPA (plano plurianual) e R\$ 2 bilhões para o Fampe.

"Vale lembrar, o valor de R\$ 332 milhões foi de incrementos ao Fampe, durante a pandemia, fruto da MP 932/2020;"

Pessoas ligadas ao Sebrae afirmam, entretanto, que está alocado em contas para o Fampe R\$ 1,3 bilhão - ou seja, segundo eles, dos R\$ 5 bilhões, ao menos R\$ 3,7 bilhões estariam livres e poderiam ser asados, imediatamente, para socorrer as MPEs.

"O Sebrae prevê uma série de ações voltadas a apoiar os pequenos negócios na abertura de novos mercados (digitalização das empresas), melhorar as finanças do negócio e desenvolver ações no Congresso e no governo para melhoria das políticas públicas", afirma o órgão, em nota.

Em relação à melhoria das finanças das empresas, diz que tem orientado os empreendedores sobre a renegociar os empréstimos adquiridos via Pronampe no ano passado, assim como efetuar a portabilidade de dívidas e acessar crédito junto à Caixa ou por meio de fintechs.

"Vale lembrar que, entre os compromissos assumidos, estava a reedição da MP 936/ Benefício Emergencial. Apenas esses dois programas do governo (Fampe e Pronampe) foram responsáveis pela concessão de quase R\$ 40 bilhões de empréstimos para os pequenos negócios. As operações de crédito no âmbito desses programas têm prazos de carência que foram extremamente relevantes para as empresas que obtiveram o empréstimo", diz.

A entidade ainda afirma que a carência de grande parte das operações de crédito do Pronampe termina

no primeiro trimestre e que os pequenos negócios passarão efetivamente a começar a pagar os empréstimos contratados em 2020.

"Somente a partir daí poderemos avaliar melhor o comportamento da inadimplência e sua evolução em 2021", diz o Sebrae.

Qual o papel do Sebrae? Apoio à micro e pequena empresa. É preciso pegar esse dinheiro e direcionar. Se você considerar todas as exigências para usar o fundo garantidor do Sebrae para acessar crédito com os bancos, vê que é para quase ninguém usar mesmo

Joseph Couri

presidente do Simpi Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

48

Bolsonaro não é única razão de o Brasil estar no buraco - THE ECONOMIST

THE ECONOMIST

Os hospitais estão lotados, as favelas ecoam tiros e um recorde de 14,7% dos trabalhadores estão desempregados. Inacreditavelmente, a economia do Brasil está menor agora do que era em 2011 - e serão necessários muitos trimestres fortes como o relatado em 1.º de junho para reparar sua reputação. O número de mortos no Brasil pela covid- 19 é um dos piores do mundo.

Mas o presidente Jair Bolsonaro faz piada dizendo que as vacinas podem transformar as pessoas em jacarés.

O declínio do Brasil foi chocantemente rápido. Após a ditadura militar de 1964-85, o país conseguiu uma nova Constituição que devolvia o Exército aos quartéis, uma nova moeda que acabou com a hiperinflação e programas sociais que, com um boom de commodities, começaram a reduzir a pobreza e a desigualdade.

Uma década atrás, o País estava cheio de dinheiro do petróleo e tinha sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Parecia destinado a florescer.

Mas o Brasil não aproveitou a oportunidade.

Como argumenta nossa reportagem especial desta semana, governos consecutivos cometeram três erros. Primeiro, eles cederam à visão de curto prazo e adiaram as reformas econômicas liberais. A culpa por isso pertence principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupou a Presidência entre 2003-16.

Ele alcançou um crescimento de 4% ao ano, mas não investiu para aumentar a produtividade. Quando os preços das commodities caíram, o Brasil enfrentou uma das piores recessões de sua história.

Os governos de Michel **Temer** e Bolsonaro fizeram algum progresso nas reformas, mas pararam muito aquém do que é necessário.

Em segundo lugar, em seus esforços para se protegerem das consequências da Lava Jato, os políticos têm resistido às reformas que impediriam a corrupção.

Os promotores e juizes por trás da Lava Jato são parcialmente culpados.

Depois que alguns demonstraram ter uma agenda política, os inquéritos dos quais eram responsáveis ficaram estagnados no Congresso e nos tribunais.

Por último, o sistema político do Brasil é um fardo. Distritos estaduais e 30 partidos no Congresso tornam as eleições caras. Mais ainda do que em outros países, os políticos no Brasil tendem a apoiar projetos extravagantes para ganhar votos, em vez de reformas valiosas de longo prazo. Uma vez no cargo, eles seguem as regras erradas que os elegeram.

Eles desfrutam de privilégios legais que os tornam difíceis de serem processados e de uma grande quantidade de dinheiro para ajudá-los a manter o poder. Como resultado, os brasileiros os desprezam. Em 2018, apenas 3% disseram confiar "muito" no Congresso.

A desilusão abriu o caminho para Bolsonaro.

Ex-capitão do Exército com uma queda pela ditadura, ele convenceu os eleitores a verem seu jeito politicamente incorreto como um sinal de autenticidade. Ele prometeu eliminar políticos corruptos, reprimir o crime e turbinar a economia. E tem fracassado em todas as três tarefas.

Depois de aprovar a reforma da previdência em 2019, ele abandonou a agenda de seu ministro da Economia liberal, temendo que ela lhe custasse votos. A **reforma tributária** e do setor público e as privatizações estagnaram. O auxílio emergencial ajudou a evitar a pobreza no início da pandemia, mas foi reduzido no final de 2020 em razão do aumento da dívida. A taxa de desmatamento na Amazônia aumentou mais de 40% desde que Bolsonaro assumiu o cargo. Ele levou uma motosserra para o Ministério do Meio Ambiente, cortando seu orçamento e forçando a saída de funcionários.

Seu ministro do Meio Ambiente está sob investigação por tráfico de madeira.

Em relação à covid-19, Bolsonaro apoiou manifestações contra os bloqueios totais e curas de

charlatões. Ele enviou aviões carregados de hidroxicloroquina para povos indígenas. Por seis meses ele ignorou ofertas de vacinas. Um estudo descobriu que o atraso pode ter custado 95 mil vidas.

Em vez de lidar com a corrupção, ele protegeu seus aliados. Em abril de 2020, demitiu o chefe da Polícia Federal, que investiga os filhos dele por corrupção.

Seu ministro da Justiça pediu demissão, acusando-o de obstrução da justiça. Dias antes, Bolsonaro havia ameaçado a independência do Supremo Tribunal Federal (STF). Em fevereiro, seu procurador-geral acabou com a força-tarefa da Lava Jato.

A democracia brasileira está mais frágil do que em qualquer momento desde o fim da ditadura. Em março, Bolsonaro demitiu o ministro da Defesa, que se recusou a enviar o Exército às ruas para forçar a reabertura de empresas. Se ele perder a reeleição em 2022, alguns acham que ele pode não aceitar o resultado.

Ele lançou dúvidas em relação ao voto eletrônico, aprovou decretos para "armar a população" e se gabou de que "só Deus" o tirará da cadeira presidencial.

Impeachment. Na verdade, o Congresso brasileiro poderia fazer o trabalho sem a intervenção divina. Sua conduta provavelmente se qualifica como passível de impeachment, incluindo "crimes de responsabilidade", como encorajar as pessoas a desafiar os bloqueios totais, ignorar ofertas de vacinas e demitir funcionários para proteger seus filhos.

O Congresso recebeu 118 petições de impeachment. Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas em 29 de maio para exigir sua expulsão do cargo.

Por enquanto, ele tem apoio suficiente no Congresso para impedir o impeachment.

Além disso, o vice-presidente, que assumiria, é um general também nostálgico do regime militar. A última vez que o Congresso votou pelo impeachment de um presidente no Brasil - Dilma Rousseff em 2016 por esconder o tamanho do déficit orçamentário - isso dividiu o País. Bolsonaro se apresentaria como um mártir. Muitos de seus apoiadores estão armados.

No longo prazo, além de substituir Bolsonaro, o Brasil deve lidar com o cinismo e o desespero que o elegeu, enfrentando o baixo crescimento crônico e a desigualdade. Isso exigirá uma reforma dramática. No entanto, a própria resiliência que protegeu as instituições brasileiras das predações de um populista também as torna resistentes a mudanças benéficas.

As ações necessárias são difíceis.

Acima de tudo, o governo precisa servir ao público e não a si mesmo. Isso significa reduzir os privilégios dos trabalhadores do setor público, que consomem uma parcela insustentável dos gastos do governo. Os políticos também não devem poupar a si mesmos. Os titulares de cargos devem ter menos proteções legais. Eles deveriam reorganizar os sistemas eleitoral e partidário para deixar sangue novo entrar no Congresso.

O próximo governo deve combater a corrupção sem preconceitos, conter gastos desnecessários e aumentar a competitividade. A aplicação de medidas severas na Amazônia deve ser acompanhada de alternativas econômicas ao desmatamento.

Caso contrário, mais cedo ou mais tarde, novos Bolsonaros surgirão.

Há um longo caminho pela frente.

A não ser que o impeachment de Bolsonaro ocorra, o destino do Brasil provavelmente será decidido pelos eleitores no ano que vem. Seus rivais deveriam oferecer soluções em vez de espalhar nostalgia. Seu sucessor herdará um País deteriorado e dividido. Infelizmente, a podridão vai muito além de um homem só.

Desilusão com os políticos e desprezo abriram o caminho para a eleição de Bolsonaro

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária e a sobrecarga do SUS: estamos preparados? (2)

ANDERSON MENDES

A pandemia afetou, de forma diferente, todos os setores da economia brasileira.

Os planos de saúde que tiveram um declínio de procedimentos eletivos durante três meses em 2020, fecharam o ano com a menor sinistralidade dos últimos tempos. Importante destacar que esta é uma análise geral, mas não é a realidade de 100% das operadoras.

No entanto, o primeiro trimestre de 2021, se mostra como o maior período de custos de todos os tempos, isto se deve à realização de procedimentos eletivos que estavam represados no ano passado, somados ao grande volume de tratamento da covid-19.

Diante desse cenário, principalmente para as empresas de autogestão que não têm fins lucrativos e sinistralidade elevada, um aumento de carga tributária seria um disparate. No momento em que as pessoas mais precisam do seu convênio médico, ter aumento nas mensalidades devido ao incremento de **impostos**, levariam esses beneficiários a terem mais dificuldades para honrar seus compromissos, podendo, inclusive, migrar para o SUS.

Este contrassenso tem nome: **reforma tributária**. E tramita no Congresso Nacional com pretensão de ser votada ainda este ano. Não. Não somos contra a PEC. É notório que o sistema tributário do Brasil precisa de uma reforma ampla, que vise, sobretudo, a simplificação tributária e a redução das obrigações acessórias, só que caso não haja mudança na lógica de contribuição para o nosso segmento, não teremos outra saída a não ser repassar a conta para o usuário. Simplesmente porque ela não fecha nas empresas de autogestões, tendo em vista que mais de 90% da arrecadação é investido diretamente na saúde dos beneficiários.

Ao criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando o Pis e a Cofins, o projeto determina que o tributo incidirá sobre operações com bens e serviços, em cima da receita bruta, com alíquota de 12% para empresas e de 5,8% para as operadoras de planos de assistência à saúde. No entanto, atualmente, o segmento de autogestão é isento de Cofins e, após a unificação dos **impostos**, com base nas informações

públicas disponibilizadas pela diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE) da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), o impacto será de R\$ 179,9 milhões anuais, um aumento de 2.703% do custo atual, que é o recolhimento de 1% de PIS sobre a folha de salários.

As instituições que fazem a gestão da saúde dos seus próprios beneficiários não podem ter esse impacto e o mercado privado, que visa extrair lucro do setor, ter reajustes infinitamente menores. Se tratar os desiguais de forma igual é, no mínimo, uma injustiça, imagine onerar de forma majoritária o nosso segmento. Outro fator importante a ser levado em consideração é que as autogestões atendem hoje, **servidores públicos**, nas esferas nacional, estadual e municipal. Esse aumento será repassado para o usuário - que é o mais provável que aconteça e também poderá tornar a conta mais cara para o próprio poder público.

E não para por aí. As nossas filiadas prestam assistência a milhares de beneficiários acima de 65 anos - o maior percentual nessa faixa etária em todo setor de saúde suplementar - e supre lacunas que o mercado e o Estado não conseguem atender. Mantemos o foco em Atenção Primária, ações constantes de prevenção e promoção de saúde, e investimento compatível com a remuneração desses beneficiários. Sem plano, esse grupo dependeria exclusivamente dos serviços do SUS, sistema já sobrecarregado antes mesmo da pandemia.

A Comissão que trata da **reforma tributária** já foi alertada por nós, da Unidas - representante das autogestões no país - sobre os impactos da reforma não só para as autogestões, mas para todo Brasil. Não podemos tomar medidas que dificultem ainda mais a assistência à saúde de milhares de pessoas em um momento tão delicado. Já temos preocupações suficientes.

Inflação e PIB maior aliviam as contas públicas

CÁSSIA ALMEIDA *cassia@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Macron recua e não levará adiante reforma da Previdência na França

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Gás de cozinha tem forte alta e complica orçamento de famílias



Buffet. Magalhães repassou aos clientes parte do aumento

F.N e DENISE LUNA, DO RIO

Essencial nas residências, o gás de cozinha pesou ainda mais no bolso das famílias pobres neste período de pandemia. Desde maio do ano passado, o preço do botijão subiu cinco vezes mais do que a **inflação**. Com o desemprego batendo à porta, o custo do gás virou um problema social, a ponto de merecer políticas públicas emergenciais dos governos do Ceará e do Maranhão.

O preço do botijão disparou no segundo semestre do ano passado. O pior momento, no entanto, foi neste ano. Segundo o IPC-S, indicador de **inflação** do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), utilizado em reajustes salariais e de aluguel, o preço subiu 11,45% de janeiro a abril e 17,25% nos 12 meses iniciado em maio de 2020, enquanto a **inflação** foi de 3,5%.

"O GLP é o principal energético usado no preparo de alimentos por famílias de baixa renda.

É o gás que entra em comunidades do Brasil todo. Algo que sobe mais que a média do salário exige muito esforço das famílias.

Num nível de desemprego elevado como o atual, é ainda mais sentido. Ficar sem gás é ficar sem comida", afirmou André Braz, coordenador adjunto do Índice de Preço ao Consumidor do Ibre/FGV.

O economista acredita que o encarecimento do produto vai aparecer na próxima Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE. A última,

realizada em 2018, registrou que a média dos brasileiros gasta 1% do orçamento com o gás de cozinha.

O aluguel pesa 3,6%, e o gás natural, 0,12%.

Na casa de André Lima e Silva, em Fortaleza, as refeições passaram a ser preparadas na vizinhança.

"Até receber o vale do governo, a gente ficou três dias sem gás. Até o mingau da neném a gente pedia para a vizinha fazer", conta o padeiro, desempregado desde o início do ano passado. Ele e a mulher passaram a sustentar os cinco filhos com a venda de salgadinhos.

Por causa do preço do gás, até o 'bico' ficou inviável.

A alta do produto prejudica também os negócios de Marcos Magalhães, responsável por um buffet carioca. "O gás aumenta, a gente tem que repassar o valor para os clientes, só que não pode repassar na íntegra, porque, infelizmente, os clientes não têm aumento. Ninguém está tendo aumento no País. É complicado", disse.

Em evento, no mês passado, Bolsonaro afirmou que conversaria sobre o tema com o novo presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna. "Estamos trabalhando com o novo presidente da Petrobrás em como diminuir o preço do botijão na origem.

Hoje está em R\$ 42, dá para diminuir", afirmou o presidente, em discurso no Mato Grosso do Sul, no último dia 14.

Ele não informou, porém, com quem está discutindo e a posição do presidente da Petrobrás.

Desde que assumiu o cargo, em 19 de abril, Silva e Luna não mexeu no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP). O botijão de 13 kg é a versão residencial do produto. O reajuste mais recente, o quarto no ano, ocorreu no dia 2 de abril, ainda na administração do antecessor, Roberto Castello Branco.

Questionada, a Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, respondeu que não há previsão de reajustes de preços de GLP com frequência mínima mensal: "Reiteramos que os reajustes são realizados a qualquer tempo, sem periodicidade definida, de acordo

com as condições de mercado e de análise do ambiente externo. Isso possibilita à companhia competir de maneira mais eficiente e flexível e evita o repasse imediato, para os preços internos, da volatilidade externa causada por questões conjunturais".

Ainda assim, o preço final do GLP permanece no patamar mais elevado da série histórica divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em março, último dado divulgado pela reguladora, o produto custava R\$ 83,17, na média do País.

Como a Petrobrás reajustou mais uma vez em abril, é possível que a estatística mais recente ainda revele novo recorde.

Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Adilson de Oliveira avalia que a solução passa pela estabilização do preço, o que pode ser conseguido com a criação de um fundo, como estuda o governo. Ele lembra que, no governo de FHC, foi adotado o 'Auxílio Gás' e, no de Luiz Inácio Lula da Silva, o benefício foi incorporado ao Bolsa Família.

"O governo federal fala, mas ainda não colocou na mesa a sua proposta. É preciso saber onde quer chegar", disse.

Ceará e Maranhão recriam o 'vale gás'

Para lidar com a alta do preço do GLP, os governadores Camilo Santana (PT-CE) e Flávio Dino (PCdoB-MA) adotaram o vale gás. No Ceará, o programa atende cerca de 250 mil famílias. A iniciativa custou R\$ 11,7 milhões ao Estado, em 2020, e deve consumir mais R\$ 17 milhões em 2021. No Maranhão, o 'vale gás' subsidia o consumo de 119 mil famílias, de 211 municípios.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro aposta em PIB, vacina e auxílio aos pobres (3)

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Economist critica Bolsonaro e diz que país vive "década sombria"

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Economistas ressaltam papel do PIB para reduzir dívida

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186904?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186904?page=1§ion=1